



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

CONCURSO PÚBLICO N.º 1222/DCA/2024

EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA

BÁSICA DA QUINTA DO CONDE DE

PORTALEGRE

PROGRAMA DE CONCURSO



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

**CONCURSO PÚBLICO N.º 1222/DCA/2024 - EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DA
QUINTA DO CONDE DE PORTALEGRE**

Artigo 1.º

Objeto

O presente Concurso Público tem por objeto a Empreitada de ampliação da Escola Básica da Quinta do Conde de Portalegre.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município do Seixal, com a seguinte morada na Alameda dos Bombeiros Voluntários, n.º 45, 2844-001 Seixal, Telefone 212276700 e e-mail: presidencia@cm-seixal.pt, e para mais informações Divisão de Compras e Aprovisionamento, com o mesmo n.º de telefone e com o endereço eletrónico: gestao.concursos@cm-seixal.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada por Deliberação de Câmara n.º 259/2024, de 14 de Agosto.

Artigo 4.º

Órgão Competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso deverão ser solicitados, por escrito, ao Júri do Concurso.

Artigo 5.º

Consulta das Peças do Procedimento

Sem prejuízo da respetiva disponibilização na Plataforma Eletrónica Acingov referida no artigo 8.º deste Programa de Concurso, as peças do procedimento encontram-se disponíveis nas instalações da entidade adjudicante, para consulta dos interessados, até ao termo do prazo para apresentação das propostas, podendo ser consultadas durante as horas de expediente (9h30, às 12h30 e das 14h00 às 17h00), na Divisão de Compras e Aprovisionamento, sita nos SOCMS, Rua Lino de Carvalho, 1, Cucena, 2840-748 Aldeia de Paio Pires.



Artigo 6.º

Esclarecimentos, Retificação e Alteração das Peças do Procedimento

1 - No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os respetivos erros e as omissões por si detetados, sob pena de serem responsáveis, parcial ou integralmente, pelas prestações complementares de suprimento desses erros e omissões, nos termos do artigo 50.º do CCP.

2 - Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas o Júri do procedimento presta os esclarecimentos solicitados, necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, e o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, identificando os termos do suprimento daqueles que aceite, considerando-se rejeitados todos os que, naquele prazo, não sejam expressamente aceites.

3 - Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo fixado para a apresentação das Propostas, que, neste caso, deve ser prorrogado, nos termos do artigo 64º do CCP.

4 - Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na Plataforma Eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

5 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 7.º

Delegação de Competências no Júri.

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 69.º do CCP, compete ao Júri:

- a) Prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) Prorrogar o prazo para apresentação de Propostas, exceto nos casos previstos no n.º 3 do artigo 64.º do CCP;
- c) Decidir sobre a classificação de documentos da Proposta.

Artigo 8.º

Requisitos de Acesso à Plataforma Eletrónica

A participação no Concurso depende da pré-adesão à Plataforma Eletrónica Acingov a ser efetuada em www.acingov.pt.

Artigo 9.º

Documentos que constituem a Proposta

Os documentos que constituem a Proposta são os seguintes:

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo I ao CCP;
- b) Memória Descritiva e Justificativa de modo de execução dos trabalhos, incluindo a apresentação das fichas técnicas que evidenciam as características técnicas dos equipamentos a instalar que comprovam o cumprimento dos requisitos definidos;
- c) Programa de trabalhos, com a sequência e os prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas, de acordo com o prazo de execução da obra.
- d) Plano de mão de obra, com a especificação dos meios humanos, evidenciando as categorias envolvidas e a sua distribuição temporal dentro do prazo de execução da obra, em conformidade com as tarefas a realizar;
- e) Plano de equipamentos, com a especificação dos meios materiais, evidenciando os equipamentos envolvidos e a sua distribuição temporal dentro do prazo de execução da obra, em conformidade com as tarefas a realizar;
- f) Proposta de preço global, em numerário e por extenso;
- g) Preço total e lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho, previstas no projeto de execução em formato PDF e Excel;



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

- h) Programa de trabalhos, que inclua um plano de trabalhos e respetivo cronograma financeiro, um plano de mão-de-obra e de equipamento;
- i) Plano de pagamentos;
- j) Lista de equipamentos a afetar à execução da empreitada;
- k) Lista de meios humanos técnicos e operários a afetar à execução da empreitada.

Artigo 10.º

Outros documentos

1 - Deverão ainda ser apresentados juntamente com a Proposta, quando o concorrente seja uma pessoa coletiva:

- a) Registo Central de Beneficiário Efetivo;
- b) Certidão Permanente do registo comercial atualizada ou código de acesso à mesma.

2 - Se o concorrente for uma pessoa singular deve apresentar a Declaração de Início de atividade emitida pela Autoridade Tributária.

3 - A não apresentação dos documentos referidos nos n.ºs anteriores constitui uma irregularidade suscetível de ser suprida no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da notificação para o efeito.

Artigo 11.º

Apresentação de Propostas Variantes

Não é admissível a apresentação de Propostas Variantes.

Artigo 12.º

Prazo para a apresentação de Propostas

As Propostas podem ser apresentadas até às 23h59 do 30.º dia, a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República.

Artigo 13.º

Modo de apresentação das Propostas

1 – As Propostas e todos os documentos que a consubstanciam são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica Acingov, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.



2 – Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, devem ser apresentados em formato PDF, ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de Agosto.

3 – Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:

- a) Tradução devidamente legalizada;
- b) Tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

4 – Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no número anterior deverão ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos aos documentos da proposta, os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 14.º

Lista dos concorrentes e consulta das Propostas apresentadas

1 – No dia imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das Propostas, o Júri procede à publicação da lista dos concorrentes na Plataforma Eletrónica www.acingov.pt.

2 – Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na Plataforma Eletrónica supra referida, de todas as propostas apresentadas.

3 – O interessado que não tenha sido incluído na lista de concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias, contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da respetiva apresentação da Proposta.



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 15.º

Prazo de obrigação de manutenção das Propostas

É de **66** (sessenta e seis) dias a contar da data limite para a apresentação das Propostas, o prazo para manutenção das propostas por parte dos concorrentes.

Artigo 16.º

Critério de adjudicação

O critério de adjudicação é o da Proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado pelo fator preço, conforme disposto na alínea b) do n.º1 do artigo 74.º do CCP.

Artigo 17.º

Critério de desempate

1 - Caso exista empate entre as propostas, será adjudicada a proposta que apresentar o preço unitário mais baixo no artigo 9.5.3.1.1 do Mapa de quantidades de trabalho, correspondente a: *“Torre de actividades inclusiva tipo 'High speed plus WSST', da Playplanet, ou equivalente.”*.

2 - Caso o empate persista o desempate será adjudicada a proposta que apresentar o preço unitário mais baixo no artigo 9.5.3.1.2 do mapa de quantidades de trabalho, correspondente a: *“Equipamento para trepar tipo 'Maça Gigante New York', da Playplanet, ou equivalente.”*.

3 - Se mesmo assim continuar a existir empate entre concorrentes, proceder-se-á ao sorteio das Propostas empatadas.

4 - O sorteio a que se refere o ponto anterior será efetuado após convocatória aos concorrentes empatados, via Plataforma Eletrónica com a indicação respetivamente do local, data e hora da realização, a determinar pelo júri do procedimento.

5 - O referido sorteio será realizado na presença do Júri e dos representantes dos concorrentes empatados. No final do sorteio será lavrada a respetiva ata, que será assinada pelo Júri e pelos representantes dos concorrentes presentes.



Artigo 18.º

Documentos de habilitação

O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente Código e do qual faz parte integrante;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
- c) Alvará de construção emitido pelo IMPIC, Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção:
 - 1.^a subcategoria (**Estruturas e elementos de betão**) da 1.^a (**Edifícios e Património Construído**), categoria em valor correspondente ao valor global da Propostas;
 - 4.^a(**Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias**), 5.^a (**Estuques, pinturas e outros revestimentos**), 6.^a (**Carpintarias**) e 7.^a (**Trabalhos em perfis não estruturais**) subcategorias da 1.^a categoria (**Edifícios e Património Construído**), em valor correspondente à parte dos trabalhos a que respeite;
 - 1.^a (**Instalações eléctricas de utilização de baixa tensão**), 9.^a (**Ascensores, escadas mecânicas e tapetes rolantes**), 10.^a(**Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração**) e 12.^a (**Redes de distribuição e instalação de gás**) subcategorias da 4.^a (**Instalações Eléctricas e Mecânicas**) categoria em valor correspondente à parte dos trabalhos a que respeite;
 - 2.^a (**Movimento de terras**), 8.^a (**Reparações e tratamentos superficiais em estruturas metálicas**), 10.^a (**Cofragens**), 11.^a (**Impermeabilizações e isolamentos**) e 12.^a (**Andaimes e outras estruturas provisórias**) subcategorias da 5.^a (**Outros Trabalhos**) categoria em valor correspondente à parte dos trabalhos a que respeite;
- d) Certidão do Registo Comercial;
- e) Nos termos do n.º 9 do artigo 81.º do CCP, deve o adjudicatário apresentar Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente



**MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL**

certificada nos termos da lei, devendo para tanto apresentar em alternativa, o devido certificado.

Artigo 19.º

Prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário

1 – O adjudicatário será notificado pelo órgão competente para apresentar os documentos de habilitação supra referidos num prazo de 10 dias úteis, após adjudicação.

2 – O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP é de 5 dias úteis.

Artigo 20.º

Caução

1- A caução é no valor de **5%** do preço contratual, sendo a mesma prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro caução.

2- Todas as despesas referentes à prestação da caução, são da responsabilidade do adjudicatário.

3- Modo de prestação da caução:

a) O depósito em dinheiro ou em título, emitidos ou garantidos pelo Estado, é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do Município do Seixal/Câmara Municipal, devendo ser especificado que se destina a garantir a celebração do contrato em causa, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média;

Garantia bancária ou seguro-caução

Caso o adjudicatário preste a caução mediante garantia bancária, apresentará um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias



**MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL**

exigidas pelo Município do Seixal/Câmara Municipal, em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

Se se tratar de um seguro-caução, o adjudicatário apresentará a apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pelo Município do Seixal/Câmara Municipal, em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.

Das condições da garantia bancária ou apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias do Município do Seixal/Câmara Municipal, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.

4 - Os modelos referentes à caução que venha a ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, encontram-se anexos ao presente programa e dele fazem parte integrante.

Artigo 21.º

Modalidade Jurídica ao Agrupamento Adjudicatário

1 – Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais para se submeterem a Concurso.

2 – No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 22.º

Contrato

1 – A adjudicação é formalizada por contrato escrito, obrigando-se o adjudicatário a entregar toda a documentação necessária para a sua celebração.

2 – As despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato, são da responsabilidade do adjudicatário.



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 23º

Esclarecimentos Sobre a Utilização da Plataforma Eletrónica

Para eventuais esclarecimentos sobre a utilização da Plataforma eletrónica AcinGov poderão os interessados recorrer ao serviço de apoio a cliente previsto para esse fim, através do e-mail: apoio@acingov.pt, ou através do número de telefone 707 451 451 (horário de atendimento: 09h00 às 19h00).

Artigo 24.º

Legislação aplicável

Ao presente procedimento aplica-se o Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.